PROJETO DE LEI Nº , DE 2011
(Do Sr. Benjamin Maranhão)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações, pelas emissoras de rádio e de televisão, sobre os direitos e deveres dos consumidores e fornecedores nas relações de consumo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações, pelas emissoras de rádio e de televisão, sobre os direitos e deveres dos consumidores e fornecedores nas relações de consumo.

Art. 2º As concessionárias dos serviços de radiodifusão de sons (rádio) e de sons e imagens (televisão) deverão disponibilizar em sua grade de programação, todos os dias, quatro intervalos de no mínimo 30 (trinta) segundos e no máximo um minuto cada, sendo um intervalo no horário compreendido entre as doze horas e as treze horas e outro compreendido entre as vinte horas e as vinte e uma horas, que serão utilizados para a veiculação de programas contendo informações sobre os seguintes temas:

- I – direitos e garantias dos consumidores;
- II – deveres dos fornecedores nas relações de consumo;
- III – consumo consciente e preservação do meio ambiente.

§ 1º A produção dos programas previstos no **caput** ficará a cargo do Poder Executivo.

§ 2º As transmissões serão realizadas no intervalo da programação normal das emissoras;

§ 3º As mídias com as gravações dos programas serão entregues às emissoras com antecedência mínima de doze horas da transmissão.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O serviço de radiodifusão é, por definição constitucional, um serviço de utilidade pública, operado por entidade privada ou pública mediante autorização da União. Sendo assim, a programação das emissoras deve atender aos requisitos estabelecidos pela legislação, entre os quais destacamos a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

Essa preocupação com o sistema de Comunicação Social nacional, que rendeu inclusive um capítulo exclusivo na Constituição Federal, decorre do fato de seu grande poder de difusão de valores e formação da opinião pública na sociedade.

Sendo assim, e levando-se em consideração que o consumo consciente, não só em relação aos direitos dos consumidores e fornecedores nas relações de consumo, mas, sobretudo, sob o ponto de vista da preservação do meio ambiente, leva-nos a considerar como fundamental o estabelecimento de uma política pública que identifique horários específicos nas emissoras de rádio e televisão para divulgação de campanhas educativas sobre o tema.

O projeto de lei que apresento, portanto, vem com este objetivo, ao obrigar que as concessionárias de serviço de radiodifusão disponibilizem em sua grade de programação, todos os dias, quatro intervalos de no mínimo 30 (trinta) segundos e no máximo um minuto cada, para veiculação de mensagens educativas relativas aos direitos de consumidores e fornecedores em relações de consumo.

Além disso, estabelecemos que o Poder Executivo ficará responsável pela elaboração das peças. E, para permitir um maior planejamento por parte das concessionárias, definimos que as mídias com as gravações desses programas deverão ser encaminhados às emissoras com antecedência mínima de doze horas da transmissão.

Assim, na certeza de que o presente Projeto de Lei contribuirá sobremaneira para disseminação na sociedade sobre os direitos e deveres de consumidores e fornecedores nas relações de consumo, peço o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado BENJAMIN MARANHÃO